

**DISCURSO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DO POSICIONAMENTO DISCURSIVO
DE PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA**

João Batista da Costa Júnior (UFRN)

jbjuniorassu@hotmail.com

Francisca Ramos-Lopes (UERN)

franciscaramos@uern.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise crítico-discursiva do posicionamento de pessoa em situação de rua com vistas à reflexão sobre fatos e valores pessoais à construção da identidade individual. Os embasamentos teóricos advêm de uma articulação interdisciplinar oriunda de discussões voltadas à Análise Crítica do Discurso (ACD), (FAIRCLOUGH, 2006 e 2008) especificamente em sua Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso – (ASCD), (PEDROSA, 2012; 2013; 2014), à Sociologia para a Mudança Social (BAJOIT, 2006; 2008), aos estudos sobre identidades (BAJOIT, 2008; TEJERINA, 2010) e aos estudos sobre resistência (FOUCAULT, 1993; 2004). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa). O *corpus* se constitui de posicionamentos discursivos advindos de uma história de vida de um sujeito em situação de rua. Ante um contexto de apartação social, configurado pelas agruras vividas e alijamento de direitos humanos, os resultados salientam que os posicionamentos discursivos do sujeito em situação de rua corroboram para a construção de identidade de resistência. Portanto, os fatos e valores implicados nos posicionamentos revelam uma vontade ontológica direcionada à emancipação do sujeito em situação de rua, um sujeito politicamente consciente de seus direitos e deveres que caminha em direção ao seu empoderamento cidadão, reclamando promoção efetiva de políticas públicas destinadas à sua reinserção social.

Palavras-chave:

Discurso. Identidade. Resistência.

ABSTRACT

This research aims to present a critical-discursive analysis of the positioning of people on the street with a view to reflecting on facts and personal values in the construction of individual identity. The theoretical foundations come from an interdisciplinary articulation arising from discussions focused on Critical Discourse Analysis (ACD), (FAIRCLOUGH, 2006 and 2008) specifically in its Sociological and Communicational Approach to Discourse – (ASCD), (PEDROSA, 2012; 2013; 2014), Sociology for Social Change (BAJOIT, 2006; 2008), studies on identities (BAJOIT, 2008; TEJERINA, 2010) and studies on resistance (FOUCAULT, 1993; 2004). Methodologically, it is a qualitative research (descriptive and interpretive). The corpus is constituted of discursive positions arising from a life story of a subject in a street situation. Faced with a context of social separation, configured by the hardships experienced and disregard of human rights, the results emphasize that the discursive

positions of the subject on the street corroborate for the construction of resistance identity.

Keywords:
Discourse. Identity. Resistance.

1. Introdução

Na modernidade recente, mudanças econômicas, políticas e socio-culturais, dentre outras que bifurcam relações sociais, têm engendrado novas conjunturas de vida, cuja configuração de sobrevivência aponta gestos de pobreza, exclusão social e vidas fragilizadas, matizadas por um acirrado processo de apartação social.

Nessa conjuntura, destacamos a temática população em situação de rua, tomando aqui como espaço social o contexto brasileiro, no qual o viver nas ruas tem despertado o olhar de estudiosos, os quais buscam compreender traços peculiares desse segmento populacional que tanto reclama a mobilização de recursos para que possam exercer uma vida plena de cidadania.

As pesquisas sobre população em situação de rua advogam que suas origens remontam ao agravamento das questões sociais e do desemprego registrados a partir dos anos 80, fato que intensificou a demanda por direitos básicos. O acelerado crescimento das cidades e da força do trabalho gerou uma massa de trabalhadores oriundos das classes mais humildes, como por exemplo migrantes das zonas rurais e pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade. Uma parcela significativa dessa população, “esmagada” pela força capitalista, passou a buscar nas ruas das grandes cidades uma forma de sobrevivência, surgindo, assim, a população em situação de rua.

Ao transitar nos centros de grandes cidades brasileiras é inegável não nos depararmos com pessoas atingidas pelo fenômeno situação de rua. Por parte de muitos, há uma depreciação dessa população. Entretanto, essa atitude hostil não minimiza essa situação de pobreza, e esse cenário continua se edificando sob as lentes de uma sociedade preconceituosa, excludente e enraizada em atitudes que geram cada vez mais desigualdade social.

No cenário do Estado do Rio Grande do Norte, essa realidade não é atípica. Especificamente na capital Natal, não há como não reconhecer a existência dessa população. São pessoas que vivem em praças públicas,

em grandes aglomerados comerciais, no centro da capital e perambulam em áreas públicas de maior concentração de pessoas, como praias urbanas. Aparentemente não são em grandes quantidades, mas a circulação dessas pessoas no contexto urbano da capital potiguar reflete vidas fragilizadas o bastante para sensibilizar qualquer olhar envolto com a dignidade humana. Pobreza extrema, miséria e exclusão social são os seus passaportes na trama da relação social, relação essa sofrida pela tentativa de alcançar o mínimo para uma sobrevivência humana.

Diante dessa contextualização, abordamos que esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise crítica do posicionamento discursivo de pessoa em situação de rua com vistas à reflexão sobre fatos e valores pessoais à construção da identidade individual.

Ancorando-nos na perspectiva dos Estudos da Linguagem, com foco na Linguística Aplicada e, em especial, no estudo de práticas discursivas, a discussão sobre os posicionamentos de pessoa em situação de rua, focalizando discurso, resistência e identidade, permite reflexões sobre os pilares que alicerçam a sociedade, possibilitando saberes sobre as forças motrizes que configuram relações de vida, figurando inteligibilidade sobre as relações sociais.

Os embasamentos teórico-metodológicos que orientam a investigação se inscrevem numa formação interdisciplinar oriunda dos constructos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), (FAIRCLOUGH, 2006; 2008) especificamente em sua Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso – (ASCD), da Sociologia para a Mudança Social (BAJOIT, 2006; 2008), dos estudos sobre identidades (BAJOIT, 2008; TEJERINA, 2010) e dos estudos sobre resistência (FOUCAULT, 1993, 2004).

Recorremos à ACD em sua dimensão transdisciplinar por entender que ela constitui-se num campo multifacetado que permite aos analistas de discurso incorporar contribuições de outros campos teóricos a partir de uma relação dialética a fim de melhor compreender a dimensão da prática social, considerando a linguagem como um dos momentos dos eventos sociais bem como instância investida de ideologias, hegemonia e poder.

Este artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos uma discussão teórica sobre os embasamentos que ancoram a investigação partindo de uma explanação sobre a ACD. Na segunda, discorremos sobre resistência, poder e identidade. Na terceira, evidenci-

amos uma análise crítica dos posicionamentos discursivos de pessoa em situação de rua, tomando como eixo os traços discursivos que evidenciam questões de resistência e identidade.

2. Análise Crítica do Discurso: entre o mundo social e a linguagem

A ACD compreende um arcabouço teórico filiado aos preceitos epistemológicos da teoria e análise em ciência social crítica bem como aos fundamentos de ordem teórica da teoria social. Sua agenda científica engloba questões inerentes à prática social e discursiva, concebendo linguagem (discurso) como elemento significativo à vida social, elemento que se articula a outros não discursivos, estabelecendo, assim, uma relação de natureza dialética entre discurso e estrutura social.

Com o surgimento da ACD, os analistas críticos do discurso puderam manter contato com um quadro teórico-metodológico que confere importantes contribuições inovadoras ao estudo da linguagem, uma vez que delinea uma tela de perspectivas teórico-analíticas para empreendimento científico focado nos eventos discursivos e práticas sociais, conectando o contexto sócio-histórico, sobretudo, às transformações sociais que engendram novas práticas discursivas na modernidade recente.

A respeito da ACD, Castro Zambrano (2015) comenta que é mais do que um mero método de investigação, constituindo-se por uma atitude crítica votada às práticas de relações de poder, cujo foco de investigação está engajado na análise de textos que instanciam abuso de poder, discriminação e desigualdade. Esse pensamento da autora contribui para que possamos fortalecer a ideia de que a ACD pode contribuir muito com estudos inerentes às práticas discursivas de pessoas em situação de rua.

A contribuição da ACD, considerando sua prática teórico-crítica, em relação à população em situação de rua, centra, dentre muitos aspectos, na condição de oferecer construtos teórico-metodológicos para proceder analiticamente uma visão científica inerente aos mecanismos linguístico-discursivos que denunciam vidas marginalizadas, excluídas, operando uma perspectiva de mudança social por meio da visão de que o discurso constitui e constituído pela sociedade, uma vez que o elo entre prática discursiva e estrutura social incorpora questões ideológicas materializadas por ações de linguagem para a manutenção, fortalecimento e/ou novas construções e dimensões de relações de poder.

Nesse enfoque, ideologia, hegemonia e poder são termos que estão articulados na configuração teórica da ACD, uma vez que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 121). Segundo Fairclough (2008), as estruturas sociais são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta num domínio sustentado por prática particular, materializada em atividades discursivas, sendo elas foco de interesse da ACD.

Há, no escopo teórico da ACD, a abordagem de uma Teoria Social do Discurso concentrada em “desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam, indiretamente, o conhecimento, os saberes, as atitudes, as ideologias, socialmente partilhadas” (PEDRO, 1998, p. 30). Diante disso,

Na Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough, busca-se, por meio da investigação das práticas e da análise textual, perceber as representações que permeiam um dado evento e as estruturas que sustentam as práticas que lhes são subsidiárias. (SATO; JÚNIOR, 2013, p. 16)

Esse aspecto da ACD advém do pressuposto de que é através da linguagem que o ser humano utiliza estratégias discursivas para construir as identidades sociais, as relações entre as pessoas e os sistemas de conhecimentos e crenças (LEAL, 2013). O foco de atenção para com as questões de linguagem de natureza social processa-se por meio do aspecto metodológico da Análise de Discurso Textualmente Orientada – ADTO –, partindo da compreensão de que os dados textuais/linguísticos carregam significados à vida social, favorecendo maior explanação dos problemas sociodiscursivos.

O olhar analítico para com os dados linguísticos corrobora para a percepção de que eles fornecem maneiras particulares de representar, de agir e interagir e de identificarmos o mundo e sujeitos que nele se situam, encaminhando as pesquisas discursivas críticas para uma abordagem analítica mais acurada de fenômenos sociais e discursivos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

O primeiro passo para uma análise discursiva crítica orientada pelos pressupostos teóricos da ACD é a identificação e análise de um problema social, manifestado em atividades discursivas. “A proposta de análise de problemas sociais pela lente do discurso se sustenta porque a

relação entre discurso e sociedade é entendida como uma relação de constituição mútua” (RESENDE, 2012, p. 442).

As análises do funcionamento social da linguagem, sob o viés da ADTO, delineiam-se a partir do estudo do uso linguístico envolto na prática social, acionando as características contextuais da interação discursiva como recursos imprescindíveis ao entendimento das relações sociais de luta, conflito, abuso de poder, discriminação, constituição de identidades.

A respeito da ADTO, Resende discute:

A vantagem de uma análise de discurso textualmente orientada é oferecer subsídios para uma análise social fundamentada em dados linguísticos que sustentam a crítica explanatória. Por meio de análises discursivas críticas, é possível identificar conexões entre escolhas linguísticas de atores sociais ou grupos e os contextos sociais mais amplos nos quais os textos analisados são formulados. Assim, é gerado conhecimento acerca da interiorização de discursos na construção de identidades e na construção de relações sociais, acerca da utilização de estruturas linguísticas com propósitos políticos, acerca da distribuição desigual do acesso a elementos discursivos, acerca da relação entre os momentos discursivos e não discursivos de prática sociais específicas. (RESENDE, 2009, p. 47)

Diante dessa perspectiva, o analista crítico do discurso deve eleger categorias analíticas que possam orientar as motivações e inquietações correlacionadas ao projeto de investigação que ele desenvolve, colocando o texto como principal material empírico da relação entre linguagem e sociedade.

3. *Resistência, poder e identidade: um olhar para vidas marginalizadas*

Pensando em vidas marginalizadas, tomando como referência o contexto de pessoas em situação de rua, destacamos que o conceito de resistência que apresentamos aqui evoca uma reflexão advinda dos estudos foucaultianos e se coaduna à discussão sobre relações de poder e identidade, posto que “não há relação de poder sem resistência” e “toda a relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta” (FOUCAULT, 1995, p. 244-8). Demarcando uma compreensão sobre a relação de poder e resistência em Foucault, Revel (2005) nos chama atenção para o fato de que

A resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de

poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte. (REVEL, 2005, p. 74)

Em Foucault, podemos perceber que a discussão sobre o termo resistência acompanha o pensamento do autor ao longo dos seus estudos. Nas primeiras searas de discussão, resistência está associada a mecanismos estratégicos que possibilitam “escapar”, fugir de um dado estado de privação de liberdade. Nessa conjectura, as relações de poder assumem a dimensão de relação de força.

A partir dos anos 1970, Foucault dá uma revirada em sua postura teórica, trazendo para o campo de reflexão epistemológica a definição de poder como governo. Para Foucault, a noção de governo evoca um conjunto amplo de forças que orientam e regulam a vida dos sujeitos frente às suas finalidades individuais e sociais diversas. Essa orientação e regulação pressupõem um campo social que intersecta relações de poder díspares associadas a todas as camadas da sociedade.

Isso desautoriza a compreensão de que o poder se situa exclusivamente nas mãos do Estado e legitima o reconhecimento de que todo sujeito constitui em si alguma relação de poder. Nesse sentido, governar, segundo a ótica foucaultiana, implica “integração de tecnologias de coerção e tecnologias do eu” (FOUCAULT, 1993, p. 207). Sobre o termo tecnologias, Foucault comenta que

Tecnologias que permitem aos indivíduos efetuar por seus próprios meios um certo número de operações sobre seus próprios corpos, suas próprias almas, seus próprios pensamentos, sua própria conduta e o fazem de modo que se transformam a si mesmos, modificando-se para alcançar certo grau de perfeição, felicidade, pureza ou poder. (FOUCAULT, 1990, p. 48)

Essa mudança de percepção do autor em relação ao poder desemboca num novo entendimento sobre resistência, compreendida agora pelo agenciamento de práticas de subjetivação. É com foco nesse segundo momento do pensamento de Foucault que assumimos um posicionamento para o termo resistência e sua aplicabilidade ao estudo das práticas discursivas de pessoas de situação de rua.

Associada ao poder como governo, a concepção de resistência em Foucault legitima a capacidade que o sujeito tem de mover-se frente aos desafios e limites impostos pela sociedade, constituindo-se como agente

social, capaz de promover mudança e reinventar novas formas de vida, superando, assim, assimetrias sociais.

Nessa perspectiva, as resistências vão promovendo novas relações de poder num campo social movediço e múltiplo de interação entre os indivíduos, os quais criam tecnologias governamentais que favoreçam estrategicamente seu trânsito na sociedade.

Sob essa visão, ao sujeito é sempre possível promover um conjunto de ações que lhe permitem dirimir algum estado de subjugação (FOUCAULT, 1995; 2005), mal-estar social, tensões existenciais. Esse tipo de assunção dada ao sujeito é inerente à sua participação ativa no bojo das possibilidades de reversibilidade de condições de exclusão e marginalidade, adquiridas pelas/nas diversas maneiras de práticas de subjetividades relacionais.

Nas obras *Verdade e subjetividade* e *A hermenêutica do sujeito*, Foucault apresenta uma ampla discussão sobre a questão do governo, tematizada pelo o que autor chama de tecnologias de si. Esse eixo de debate delinea a importância da participação ativa dos indivíduos no comando da tomada de decisões nas lutas e processos de transformação de relações de poder na sociedade. Nesse momento, Foucault traz para o drama da vida social o papel ativo dos indivíduos mediante a sua capacidade de pensar e agir sobre as condições sociais que fragilizam suas vidas, visando novas configurações da vida em sociedade que acabam por arregimentar deslocamento de mecanismos e relações de poder.

Esse modo de teorizar de Foucault abarca uma arena social que se move constantemente, perpetua-se no entrelaçamento de práticas e processos discursivos que culminam na perspectiva da mudança como força vital da (re)inserção de novas identidades sociais e individuais.

Para aclarar o sentido de resistência em Foucault, que constitui foco de atenção neste artigo, aludimo-nos às palavras de Rajagopalan, o qual afirma que “a resistência tem como motor propulsor o que há de mais nobre na alma do ser humano – a vontade, a determinação, de não se curvar diante do desafio, de crescer à altura das forças que se colocam no seu caminho” (2002, p. 204).

Posta toda essa discussão, assumimos a posição de que as resistências instauram relações de poder e constituição de identidade individual e coletiva, promovem arena de interação social entre os sujeitos, marcada pela capacidade de refletir sobre as agruras da vida social e de

gerenciar ações de transformação, estas consideradas o elemento constitutivo do alojamento de novas formas de vida.

No caso da população em situação de rua, a configuração de atitudes de resistências pressupõe a tomada de ação por parte daqueles que vivem nessa condição, adotando condutas que reflitam na promoção, individual e coletiva, de estratégias de superação e legitimação de vozes que reclamem uma vida social marcada por direitos iguais e oportunidades de ter garantido o direito de ser cidadão. Nesse sentido, as ações realizadas por cada sujeito, marcando uma gama de processos de subjetivação, tendem a influenciar outros sujeitos, operando, assim, uma mudança que vai do individual ao coletivo e vice-versa.

O foco das resistências deve resultar num processo contínuo, múltiplo e flexível de adoção de novas maneiras de subjetividades, marcadas pelo questionamento dos próprios sujeitos frente as suas perspectivas de condição de vida, estabelecimento de cadeias e vínculos sociais, legitimando um projeto de sobrevivência coletiva. Dito com outras palavras, as resistências devem revestir os sujeitos de relações de poder entrelaçadas ao ideário social de emancipação humana, permitindo, assim, a construção de identidade pessoal/individual conforme suas tensões existenciais e perspectivas de vida. Para Bajoit,

[...] a identidade pessoal é o resultado, sempre provisório e evolutivo, de um trabalho do ser humano sobre si mesmo, a que chamamos 'trabalho do sujeito' ou 'autogestão relacional' ou, ainda, 'trabalho de construção identitária'. (BAJOIT, 2006, p. 174)

Nessa perspectiva, esse trabalho realizado pelo ser humano, dada a sua transitoriedade, perpetua-se pelas crises e dúvidas por que passam os sujeitos, desembocando em anseios e perspectivas que eles pretendem alcançar por meio da mobilização de “recursos” (materiais e psíquicos) à sua disposição.

Em Tejerina (2010), também podemos visualizar um debate sobre a construção da identidade. O autor destaca que o conceito de identidade individual diz respeito a uma combinação de três processos diferentes. Em primeiro lugar, **a identificação do meio em que circunda um indivíduo**, que é um processo constante desde os primeiros momentos de vida. Em segundo lugar, ao mesmo tempo em que identificamos o meio, **somos identificados por ele**. A sociedade nos define em função de nosso gênero, origem, idade ou classe social. A terceira fase desse processo **é a identificação com o meio**: amigos, parentes, colegas, ídolos.

Tejerina (2010) advoga que um indivíduo pode manter identidades distintas: padre, esposo, executivo, católico, alemão. Cada indivíduo possui uma identidade múltipla ou uma multiplicidade de identidades. O termo identidade múltipla é, para o autor, o que melhor descreve a identidade social de uma pessoa.

O autor argumenta que junto à identidade pessoal, os grupos também proporcionam uma identidade coletiva, isso porque os laços que vinculam os indivíduos a outros se formam através de processos de interação. Nessas relações sociais, os indivíduos interiorizam aspectos culturais, definições da realidade, sistema de orientação e interpretação de suas ações que, ao serem compartilhados, geram sentimento de comunidade. Nesse processo, não se produz confronto entre identidade coletiva e identidade pessoal, pelo contrário, a identidade do eu e do grupo mantêm uma relação de complementariedade.

Sobre o conceito de identidade coletiva, Tejerina (2010) aborda que sua construção reflete um sentimento de pertencimento compartilhado pelos membros de um grupo ou por vários grupos, através do que é interpretado e definido da realidade, orientada pelas ações dos que participam desse sentimento. Por último, o autor apresenta que o processo de construção e manutenção da identidade coletiva implica as seguintes características:

- a) um aspecto relevante de toda identidade é sua dimensão dinâmica, sendo menos um estado final que um processo constante de criação e reprodução;
- b) o pertencimento dos indivíduos a uma sociedade ou grupo social, como a sua exclusão, são reguladas por uma identidade coletiva.
- c) a questão central não está em identificar os papéis objetivos e imutáveis sobre os que repousam a identidade coletiva. O problema da identidade dos grupos deve começar desde a consciência ou representação que os membros têm de si mesmos ou da representação que um determinado observador pode ter de um grupo concreto.
- d) Aqueles elementos simbólicos, capazes de darem significação social às ações dos indivíduos e converterem a significação em algo compartilhado, constituem o mais central de todo grupo social, aquele sobre o qual repousa a especialidade de toda sociedade, o centro simbólico ordenador da ação.
- e) Os atributos comuns nos quais se fundamentam a identidade de um grupo social são convertidos pelos atores sociais em categorias de destaque e identificação. Através dos atributos comuns seus membros se auto-identificam e são identificados por outros. (TEJERINA, 2010, p. 116-17)

Nas ideias do autor, a concepção de identidade coletiva é proveniente do entendimento de que ela (a identidade) não é algo puramente simbólico – que pertence ao mundo dos símbolos e das interpretações –, também pertence ao mundo das práticas sociais, um pertencimento que agrega sentimentos de estar, mover-se e construir juntos vínculos, cadeias, significações vivenciadas na trama das relações sociais.

4. Discurso, resistência e identidade: momento analítico

Nesta seção, apresentamos uma análise crítica inerente a posicionamentos discursivos de pessoa em situação, atentando para a maneira como a prática discursiva evidencia traços de resistência e de construção de identidade. Os posicionamentos aqui analisados fazem parte da história de vida de sujeito em situação de rua no contexto da capital potiguar, Natal-RN.

Os gestos de interpretação que ancoram a análise se inscrevem na abordagem teórica que abordamos neste artigo. Os posicionamentos discursivos serão identificados por meio das siglas: P1, P2, P3 e P4.

P1: “Um morador de rua é um guia turista por natureza. Eu perambulei por vários lugares, em todos os lugares de Natal eu andei.”

Nesse posicionamento, percebemos uma identificação genérica marcada por um grupo nominal, que funciona como portador “Um morador de rua”, por um processo relacional atributivo “é” e por outro grupo nominal na função de atributo “um guia turista por natureza” para caracterizar os indivíduos que vivem em situação de rua, estes representados por uma expressão adjetival “um guia turista por natureza”.

Perambular por vários lugares ressoa num “desejo de vida”, atrelado a dificuldades, a uma vida difícil; aponta para locais de deslocamento constante e sinaliza um atributo que marca a luta árdua e permanente pela sobrevivência nas ruas.

P2: “Faz parte da população em situação de rua ainda a discriminação, a violência, o preconceito, a fome, porque ainda é um público invisível, infelizmente. Mas percebo que está mudando, aos poucos está mudando, tem gente aparecendo com uma visão diferente. Não foi fácil sair das ruas. Tudo começou quando há 02 anos,

**quando o pessoal do CRDH junto com a UFRN realizou um evento
“Vivências de Rua: sou invisível para você?”**

Mesmo diante da invisibilidade com que é tratada a população em situação de rua, o sujeito destaca uma postura de esperança, de filiação de vínculos de solidariedade ao estabelecer contato e interações com alguns segmentos sociais, postulando mudança em relação à maneira como a população é vista.

Essa percepção do sujeito, marcada pelo processo mental “percebo” em relação à mudança e a uma visão diferente por parte da sociedade, sobretudo, ao seu envolvimento com o evento promovido pelo Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDH) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), constitui um marco importante que o impulsiona para um processo de reivindicação, expressão e luta de seus direitos, arquitetando uma prática discursiva de subjetivação que lhe garante uma nova maneira de encarar, agir e expressar aspirações e necessidades individuais e coletivas diante do fenômeno população em situação de rua.

Ao participar do evento, o sujeito passa a constituir novos vínculos sociais, os quais são determinantes para que ele tenha novas percepções, novas formas de engajamento para superar suas tensões e amarras que fragilizam sua vida. Esse fato localiza o trabalho de construção identitária, uma vez que ele procura dirimir as agruras e apartação social em busca da reinserção no âmbito da convivência social digna.

P3: “Hoje eu compreendo que foi bom aquele encontro na praça, tem sido muito bom esses encontros, porque hoje eu voltei a estudar, hoje eu estou com cinco cursos de capacitação pela UFRN, pela enfermagem, pelo SENAC. Hoje eu vejo outra perspectiva.”

Voltar a estudar constitui uma forma de o sujeito adotar uma perspectiva de emancipação, uma das possibilidades de libertá-lo das limitações que afetavam negativamente suas oportunidades de vida. Por meio do estudo, ele constituiu uma relação de poder que lhe permitiu romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro. Também podemos inferir que o retorno ao processo de formação intelectual contribuiu para que ele gerisse novas cadeias de socialização ancoradas em fatores cognitivos, materiais e

afetivos, permitindo-lhe a adoção de mecanismos de empoderamento, por exemplo, a obtenção de conhecimento.

P4: “Nós sabemos como é difícil quando estamos nas ruas, com uma auto-estima lá embaixo, sem ver nada acontecer, muitas vezes as pessoas dizem: eu vou nada para a reunião do movimento, não dá em nada.”

Os processos mentais “sabemos” e “ver” utilizados pelo sujeito focalizam uma percepção crítica em relação à ausência de políticas públicas destinadas às pessoas que se encontram em situação de rua, políticas que promovam a reintegração social desses indivíduos, amenizando seus sentimentos de abandono, incertezas que afetam sua autoestima.

Mesmo diante dessas circunstâncias, o sujeito destaca a necessidade de as pessoas atingidas pelo fenômeno população em situação de rua assumirem uma postura de reivindicação em torno de suas carências e da defesa de seus direitos, agindo coletivamente, conforme enfatiza no conjunto de orações “Mas se nós não lutarmos, aí que vamos ser derrotados, se nós não agirmos, se nós não gritarmos, a nossa boca vai ser calada com mais força. Temos que mostrar quem somos. Somos população de rua somos, mas por que somos? Será que alguém vai investigar por que somos? Ou só oprimir? Será que nós como população de rua nós não temos inteligência?”.

Considerando os posicionamentos discursivos apresentados, podemos inferir que:

- a) há um posicionamento ideológico que caminha na direção de estabelecer, negociar e garantir compromissos que venham fortalecer estratégias políticas para o enfrentamento das agruras sociais e apatidão social vivenciadas pelos sujeitos em situação de rua;
- b) há uma postura reflexiva que o direciona a redefinir mais ou menos profundamente as suas relações sociais frente ao fenômeno população em situação de rua. Os questionamentos lançados pelo sujeito trazem a representação e a identificação de um sujeito engajado com a luta contínua pelos direitos sociais das pessoas em situação de rua;
- c) o sujeito delinea posicionamentos discursivos de resistência às condições impostas à população em situação de rua, evo-

cando uma ação coletiva no sentido de mostrar quem são e por que estão em situação de rua;

- d) o posicionamento do sujeito é de fundamental importância para que eles possam enfraquecer relações de dominação oriundas de sistemas econômicos e posturas socioculturais perpetuadas no seio da sociedade (FAIRCLOUGH, 2012), enraizadas numa visão que tendem a tratá-los como vagabundos, sujeitos, loucos, perigosos etc.

Nesse sentido, a reflexão feita pelo sujeito denota posturas de resistências, as quais revelam “... a vontade, a determinação, de não se curvar diante do desafio, de crescer à altura das forças que se colocam no seu caminho” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 204), criam relações de poder (FOUCAULT, 1995) e desapontam como possibilidades de transformação (REVEL, 2005).

5. Considerações finais

Diante das reflexões aqui apresentadas, acreditamos que a análise crítico-discursiva dos posicionamentos de um sujeito em situação de rua tende a corroborar com a agenda científica de Estudos da Linguagem na direção de construir conhecimentos sobre linguagem/discurso e sociedade, no caso do estudo em pauta, sobre práticas discursivas associadas ao fenômeno social população em situação de rua.

Nessa perspectiva, ao buscar compreender quem é o sujeito em situação de rua, este estudo promove uma reflexão a respeito de como o sujeito em situação de rua se posiciona discursivamente, considerando cenário de exclusão social, e como cria mecanismos de resistência, emancipação e empoderamento cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJOIT, G. *El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporâneas*. Madrid: Siglo, 2008[2003].

_____. *Tudo Muda: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: Unijuí, 2006.

CASTRO ZAMBRANO, R. *La conceptualización de pueblo en los discursos presidenciales de Hugo Chávez y Evo Morales*. 2015. Disponível em: <http://www.ascd.com.br/>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. London; New York: Routledge, 2006.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad. de Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. de L. F. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-49

_____. *Ditos e escritos: Arqueologia das ciências humanas e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005. (vol. II)

_____. *A hermenêutica do sujeito*: São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Verdade e subjetividade*. Lisboa: Cosmos, 1993. p. 203-13

_____. *Tecnologias del yo – Y otros textos afines*. Trad. de Mercedes Allendesalazar. 1. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. 150p. (Coleção Pensamiento Contemporáneo, 7)

PEDRO, E. R. *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1998.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão da ética*. São Paulo: Parábola, 2002.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a crítica): o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas-SP: Pontes, 2009.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

TEJERINA, B. *La sociedad: movimientos sociais e mudança cultural na Espanha imaginada*. Madri: Trotta, 2010.